

Cómo citar este trabajo: Hamann, Cristiano (2024). Produção discursiva, norma e regulação na prostituição masculina. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 11, 54–73. <https://doi.org/10.46661/relies.10306>

Produção discursiva, norma e regulação na prostituição masculina

Discursive production, norms and regulation in male prostitution

Cristiano Hamann

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – Brasil)

cristiano.hamann@pucrs.br

ORCID [0000-0002-1947-6936](https://orcid.org/0000-0002-1947-6936)

Recepción: 16.03.2024

Aceptación: 04.06.2024

Publicación: 06.06.2024



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

Resumo

A prostituição exercida por homens é marcada por uma história de conflitos e tensões. Não por acaso, trata-se de um objeto de intenso escrutínio do ponto de vista religioso, estatal e científico. Articulando de forma singular questões de sexualidade, gênero e monetarização, foi classicamente um foco de investimento disciplinar, de controle e vigilância, demonstrando em seu percurso ser alvo de pânicos morais voltados a sua existência. Tendo em vista esse campo problemático, o presente estudo mapeia e discute discursos moralizantes atribuídos aos fazeres dos homens na prostituição. Por meio de um percurso empírico e de exemplos da história da prostituição entre homens, demonstra-se como ela foi foco de uma intensa classificação moral que, para além de tentar modular a existência dos sujeitos na prostituição, denotam espaços de disputa e exercício de poder.

Palavras-chave: prostituição; prostituição masculina; pânico moral; sexualidade; gênero.

Abstract

Prostitution carried out by men is marked by a history of conflicts and tensions. It is no coincidence that it is an object of intense scrutiny from a religious, state and scientific point of view. Articulating issues of sexuality, gender and monetization in a unique way, it was classically a focus of disciplinary investment, control and surveillance, demonstrating throughout its course that it was the target of moral panics aimed at its existence. Bearing in mind this problematic field, the present study sought to map and discuss moralizing discourses attributed to the actions of men in prostitution. Through an empirical journey and examples from the history of prostitution among men, it is demonstrated how it was the focus of an intense moral classification that, in addition to trying to modulate the existence on the prostitution, denote spaces of dispute and exercise of power.

Keywords: prostitution; male prostitution; moral panic; sexuality; gender.

1 Introdução

Como defendido por Deleuze (1976:3) “a história de uma coisa, em geral, é a sucessão das forças que dela se apoderam, e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar”. Esta perspectiva não é menos verdadeira para o estudo da prostituição exercida por homens, marcada por conflitos, tensões e linhas de fuga¹. Trata-se de um trabalho artesanal e ‘miúdo’, cujo cotidiano é atravessado, historicamente, por muitos discursos estereotipados. Nesse espaço de tensão se abre uma série de problemáticas éticas e políticas, visto que os processos de regulação sobre a prostituição (sejam elas decisões de Estado ou aparecendo nos meandros da vida diária) incidem nos sujeitos. Atentando para estas questões, o presente estudo procura mapear formas de discurso que marcaram, historicamente, interpretações moralistas sobre a prostituição masculina no panorama brasileiro. Para além, procura-se explicitar como a prostituição exercida por homens se estabeleceu como espaço de disputa e exercício de poder.

Discurso é compreendido, neste estudo, como prática social que se produz em razão das relações de poder e se mostra em diferentes saberes (Foucault, 1988), como do campo da religião, do direito, da ciência. No discurso científico tradicional, que marca profundamente o pensamento ocidental, vemos que, até a década de 1980, os estudos acerca da prostituição exercida por homens (especialmente entre homens) compunham uma perspectiva majoritariamente psicopatológica. Tinha-se em vista a prostituição como um fenômeno que envolvia jovens com problemas de conduta, como abuso de drogas e conflitos com o sistema legal, considerados, por vezes, mais desviantes das normativas de gênero e sexualidade do que as mulheres que se dedicavam ao trabalho sexual (Van der Poel, 1992). Ainda que, desde a década de 1980, as pesquisas sobre o campo tenham aumentado consideravelmente, oferecendo luz à heterogeneidade da vida no trabalho sexual e no que concerne às condições de vida dos homens dedicados aos fazeres na prostituição (Bimbi, 2007; Castañeda, 2014; Ferguson, 2017; Walby, 2012), as mesmas visões estagnantes, moralizantes e reducionistas comumente se atualizam.

Não por acaso, a prostituição é objeto clássico do modelo de ciência biomédica prescritiva (que tem por herança questões de ordem religiosa e estatal) estando associada ao exercício de sexualidade enquanto foco de investimento disciplinar, de controle e vigilância. Este aspecto se torna mais explícito quando tomarmos o diagrama elaborado por Gayle Rubin (2017) como um disparador analítico, no qual alguns elementos fazem atentar para esse quadro normativo previsto nos modelos biomédicos de sexualidade. Rubin argumentava que, tradicionalmente, a sexualidade “normal” era aquela que, idealmente, inscrevia-se como “heterossexual, conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial (...) entre casais, dentro da mesma geração e em casa (...) (sem) pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais (...) ou quaisquer outros papéis que não fossem o masculino e o feminino” (Rubin, 2017:85).

Na esteira do que Rubin apontava - das marcações normativas que povoaram as formas de exercício da sexualidade e que inscreveram a prostituição como um problema - parece interessante uma leitura acurada sobre os discursos que dizem respeito às formas de existência nesse campo de trabalho sexual. Certamente abrangentes, as normas e as estereotípias que lhe compõem se atualizam, colocando em pauta naturalizações que formaram o sujeito ‘michê’ ou ‘prostituto’ enquanto figuras ilegítimas de vida, da ordem da vagabundagem, delinquência ou psicopatologia. Busca-se, portanto, discutir a criação de categorias moralistas atribuídas especificamente aos

¹ Linha de fuga é uma noção que diz respeito ao movimento de produzir novos modos de viver. Remete ao processo de ruptura com normas sociais, agenciando consigo afetos e possibilidades de constituição de si enquanto sujeito (Deleuze e Parnet, 1998).

fazer dos homens na prostituição - o que autores como Fassin (2014) atribuiriam a uma intensa economia moral dos fazeres no mundo.

Fundamentada neste campo problemático, a presente discussão deriva de uma pesquisa de doutorado². A investigação se deu a partir do acompanhamento de diferentes ambientes voltados para a prostituição entre homens: uma rua, um bar, duas saunas, e um *site*. A pesquisa, que procurou analisar arranjos relacionais na prostituição entre homens (envolvendo afetos, sexualidades e economias), buscou problematizar estereótipos e objetificações acerca do trabalho sexual, discutindo a prostituição como uma arena de jogos de poder na qual se delineiam formas de regulação normativa e exercícios de agência. Foi realizado, para tanto, um trabalho de campo pelos locais supracitados durante três anos, em uma capital do sul do país, perfazendo diários de campo e uma série de entrevistas com profissionais do sexo e outros trabalhadores vinculados ao funcionamento dos espaços (cujos nomes e identificações, por questões éticas, foram modificadas). Tendo como disparador uma entrevista com um promotor de festas direcionadas aos locais de prostituição masculina, este texto divide-se em diferentes momentos, que auxiliam no mapeamento dos discursos sobre trabalho sexual exercido por homens. Transita-se, para tanto, por diferentes exemplos históricos (sem pretensão de cunho historiográfico, mas sim como ancoragens para uma leitura psicossocial), que demarcam permanências e impermanências discursivas.

2 “Separar o joio do trigo”

A entrevista supracitada foi realizada com um homem versado na noite *gay* porto alegre, naquela especificamente voltada para os espaços de prostituição masculina. Orlando (nome fictício) estava na faixa dos 70 anos, conhecia desde jovem os percursos homoeróticos na cidade e trabalhava a muitos anos como promotor de festas em saunas e bares para público gay. A entrevista em questão foi possível pois o entrevistado havia sido indicado por vários interlocutores de pesquisa – tanto trabalhadores sexuais como outros profissionais que perfaziam os espaços de prostituição. Nas narrativas de indicação, de Orlando como interlocutor em potencial, apareciam tanto o seu percurso enquanto promotor de festas como o fato de realizar concursos de beleza para promoção de trabalhadores sexuais. O envolvimento de Orlando com o campo de interesse da pesquisa, o fato de ter familiaridade com a rede de pessoas na prostituição e as referências a ele em conversas registradas durante o campo foram os critérios qualitativos para esta escolha.

O encontro, do qual a entrevista deriva, tomou corpo em uma noite movimentada, o que evoluiu percorrer um trânsito obstruído pelas avenidas da cidade e custou uma negociação cuidadosa com o impaciente participante. No sofá da pequena sala de Orlando, aos poucos, os estranhamentos se desfaziam e certa familiaridade tomava conta das falas. A narrativa do entrevistado se mostrava cada vez mais animada e voltada a impressionar – vangloriar-se de seu conhecimento tácito sobre os trânsitos na prostituição para os quais pedia-se passagem (e conhecimento). Na conversa, que se desenrolava entre uma ou outra apresentação de Orlando sobre seus trabalhos em saunas da cidade, ou a apresentação de fotos dos “*boys lindos*” (sic.) que participariam de um concurso de beleza que ele organizava, era possível ver uma série de questões despontarem, remetendo a diferentes discursos que compunham o jogo complexo sobre os sujeitos dos quais conversávamos.

² Pesquisa intitulada "Arranjos afetivos, sexuais e econômicos nas tramas da prostituição masculina", desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Para mais detalhes, acessar o endereço: 001153018.pdf (ufrgs.br).

“Os boys, como nós chamamos, são rapazes inteligentes, que estão lá para ganhar dinheiro, eles têm a mesma capacidade de um vendedor... Mas eu não acredito em fidelidade de garoto de programa. A prostituição é um vício, é a forma de ver, de entender e de comunicar, a prostituição é como o vício da cocaína, do crack, do cigarro, da bebida. Porque... quando o camarada, o jovem, entra pela primeira vez na sauna para se prostituir, e um cliente diz ‘Ai, eu vou pegar esse, esse é ingênuo, não é prostituto ainda, vou me casar com esse cara’. (...) quando esse cara entra lá dentro a alma dele já é de puta. Então, mesmo que alguém o encontre e o tire dessa vida pela primeira vez, ele continua mentalmente, espiritualmente, e corporalmente, sendo um homossexual em que o dinheiro está em primeiro lugar. Portanto, ele não vai deixar de ser garoto de programa enquanto seu corpo e a sua beleza permitir.”

Estavam presentes, na narrativa de Orlando, uma série de discursos associados à suspeita. Por vezes, pendia-se para a culpabilização, instaurando um movimento que parecia inquisitorial e familiar à faceta moral das imagens (naturalizadas) sobre a prostituição. Escutando Orlando, era possível perguntar-se sob que condições determinadas práticas se tornavam (im)possíveis, (in)aceitáveis, (i)legítimas, artificiais – sob que condições se tornavam alvo de escrutínio e desconfiança. Aglutinavam-se homossexualidade, vagabundagem, criminalidade, vício, malandragem, exploração, ganância, violência. Produz-se um ‘submundo da prostituição’ na narrativa, nessa composição de categorias consideradas moralmente desprezíveis e, ao mesmo tempo, erotizáveis.

Para Orlando o sujeito da prostituição está inscrito num *olhar-panóptico*, em que é preciso vigiar (mantendo certa estabilidade normativa e coesão excludente). Reitera-se uma imagem de sujeito a ser perseguido, identificado, interrogado e que contempla, em sua história, associações de degradação. Não parece infundado, portanto, dizer que tais proposições geram um modo paranoide de vida, inquisitorial no sentido que Federici recupera de Mereu (1979, in Federici, 2017), no qual Orlando faz atuar “o legado da Inquisição, (...) uma cultura de suspeita que depende da denúncia anônima e da detenção preventiva, e trata dos suspeitos como se sua culpabilidade já tivesse sido demonstrada”. Ou seja, inquisição como aquilo que institui e se compõe em formas de subjetivação afeitas à destruição da diferença pela via da perseguição, do suposto mal inerente ao sujeito no trabalho sexual.

Essa lógica inquisitorial, direcionada aos homens no mercado do sexo (à sombra de fraude/artificialidade/obscenidade/ periculosidade) não tem uma história recente, ainda que atual. Trata-se de um movimento que remete a certo pânico moral (Cohen, 1972), processo que se expressa em práticas cotidianas de exclusão e que diz de construções discursivas derivadas de diferentes instâncias sociais (governo, ciência, religião e mídia, por exemplo). Trata-se de uma noção que procura denotar como um comportamento ou uma categoria social (desviantes da norma) são identificados e reverberam coletivamente, numa reação social:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. (Cohen, 1972:9)

Não por acaso, Gayle Rubin considera o pânico moral como o movimento em que o medo é utilizado para atacar diferentes populações e atividades sexuais, no qual “o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o Estado põe em ação novas leis e regulamentos. Quando o

furor passa, algum grupo erótico inocente foi dizimado e o Estado estendeu seu poder para novas áreas do comportamento erótico” (Rubin, 1993:25). Sendo a sexualidade objeto de disputa social, podemos considerar que o pânico moral direcionado à prostituição entre homens tem história e não se faz alheio a leituras predatórias. Como essa demarcação da prostituição, enquanto objeto de pânico, se constituiu? Quais são os efeitos para os sujeitos que participam desse trânsito? Estas perguntas podem ser contempladas de diferentes maneiras, entretanto, para o presente escrito, os marcos discursivos são a tônica.

Um ponto nodal nesse processo, que compõem os discursos sobre a prostituição entre homens, é que ela remeteria àquilo que os ‘outros’ fazem. Podemos ver isso nas pistas dadas por Orlando, que na conversa tentava ensinar (como ele mesmo indicava) a “separar o joio do trigo” (sic.). Essa não será a única alusão bíblica, e esse acoplamento também não é fortuito. Esse mecanismo parece ser fundamental para organizar o mundo ‘sem prostituição’, mantendo a “alma de puta” (sic.) nos outros. Por mais atração que se sinta pelo *boy*, esse desejo é enunciável somente com certas ‘medidas de segurança’, ou estratégias de regulação. Torna-se constante a produção de um sujeito nas negociações de prazeres no mercado sexual por meio de uma ativa regulação dos modos de vida, calcada na produção desse ‘outro’ que desponta em uma tessitura discursiva complexa. Ainda que o controle, a negociação e a ardilosidade sejam acopladas aos ‘outros’, segundo Orlando são os clientes que precisam ter essas habilidades e cuidados presentes:

“Sempre que puderem vão querer se aproveitar, te roubar, te enganar. Tu só precisas saber o quanto esse boy é perigoso, o quanto dá para baixar a guarda, o quanto eu posso apostar... porque é um jogo que a gente sempre sai em desvantagem” (sentencia em nossa conversa). Eu já vi boys limparem tudo, deixar caras na miséria, endividados...o vício em homem pode ser muito caro. Por isso tu tens que te cuidar, tu não vais ver nada de bom ou de novo com esses guris. Não é à toa que meus bens sempre ficam protegidos, eu deixo tudo guardado, escondido, tenho gavetas com chaves para deixar os computadores, dinheiro, passaportes... como eu sempre digo: tem que pensar com a cabeça de cima” (trecho de entrevista). O apartamento ilustra que esse senhor pálido, de cabelos pintados acaju, miúdo e sexagenário leva uma vida modesta, em um quarto-e-sala simples. A conversa é interrompida por um pensamento alto de Orlando, de que o “*namorado*” (sic.), que era trabalhador sexual, chegaria logo para assistir ao jogo de futebol daquela noite. Gavetas com cadeado, ou a solitária garrafa de vodka pela metade acima do refrigerador, materializam que o controle não era uma figura apenas retórica, mas uma estratégia para controlar o acesso (e os excessos) ao prazer. (Diários de campo)

O controle exercido por Orlando se mostrava como um maquinário micro, mas associado a toda uma lógica macrossocial sobre o trabalho sexual – uma tecnologia de gestão de medos, de produção de uma insegurança molecular – uma macropolítica da sociedade por e para uma micropolítica da insegurança (Safatle, 2015), que ainda agita expressões de sexualidade e se materializa na narrativa do participante. Trata-se de um jogo discursivo que remete tanto a um engajamento erótico quanto a certa aversão moralizante, que demonstra as nuances do dispositivo da sexualidade no cotidiano. A narrativa de Orlando, que remete a discursos estereotipados sobre prostituição masculina (constituindo até mesmo algo de ‘submundo’) expressa ambiguidades marcadas na história da prostituição. Parece interessante, para tanto, remeter a algumas breves imagens históricas e seus

respectivos discursivo sobre a prostituição entre homens, visto que esse mapeamento permite compreender as condições de possibilidade³ do que Orlando enunciava.

3 Sexualidade e economia dos prazeres

A ideia de que a prática da prostituição entre homens é uma problemática inscrita fortemente numa racionalidade biopolítica, ou seja, de controle e disciplina do corpo social no período moderno, não exclui o fato de que as negociações envolvendo sexo entre homens têm uma história antiga. As estratégias de escrutínio sobre as diferentes expressões de sexualidade entre homens, as possibilidades morais de negociação de ganhos e, especialmente, sua relação com a vida pública são anteriores a Modernidade. Um breve percurso por exemplos históricos, que remetem a diferentes significações sobre a negociação sexual masculina, permite compreender esta questão. Para além, podem ser disparadores para pensar discursos, silenciamentos e certas formas de controle das negociações sexuais que remetem a como se foi produzindo os sujeitos na/da prostituição.

Um exemplo são as lições no período da Antiguidade Clássica. Existiam, por exemplo, lições que indicavam a prostituição como oposta ao exercício da cidadania, de modo a compreender que o homem que oferecesse serviços sexuais não estaria apto ao exercício de poder público, já que este “facilmente venderá também os interesses comuns da cidade” (Rodrigues, 2015). Nos textos do período, a diferença entre o sujeito da cidadania e os rapazes que negociavam sexo é marcante. Havia certo escrutínio sobre o sexo entre homens, de modo que é possível enunciar uma fronteira entre os que se “entregavam a atos sexuais com homens por dinheiro e os designados honestos, que o faziam a troco de uma outra compensação, ou pelo menos apenas a troco de uma contrapartida em presentes” (Rodrigues, 2015).

Quem se prostituía, conforme lei citada por Ésquines, perdia os direitos de cidadão, mas não somente isso, estabelecia-se um gradiente de precariedade diante desse exercício de sexualidade e do panorama apropriado nas relações de racionalidade oligárquica (devemos lembrar que as práticas sexuais entre homens com fins de exercício de inscrição na cidadania, documentadas em textos clássicos, são especialmente voltadas para as elites). Nesse gradiente, aquele que fazia sexo com muitos, de forma casual e por dinheiro (*porne*) estaria numa situação de distanciamento da cidadania mais intenso do que aqueles mais próximos das relações fixas, em que o parceiro sustentaria a pessoa da qual recebe favores sexuais, configurando um espaço mais estável (*hetairisis*) (Rodrigues, 2015).

Tomemos como ponte um retorno à descrição foucaultiana sobre a outra ‘face da moeda’, as pedagogias de cidadania vistas nos diálogos de Sócrates com Alcibiades (Foucault, 1988). A referência ao cultivo de si pela via de um caminhar ético, que suporia uma relação de iniciação entre cidadão e efebo nos meandros da política – estabelecendo um especial escrutínio acerca do efebo para que não se aproveitasse de sua juventude e beleza em prol da ganância – mostra como, na Antiguidade Clássica, a ideia de que ser cidadão está associada à sexualidade, ao campo econômico e as formas de constituição de si. Controlada e cultivada com outros homens (determinando quais os limites do que se pode fazer), esse processo de constituição de si (numa relação com a *pólis*, com a vida pública) não se daria por um simples ato de conhecimento, mas sim de um modificar-se, cultivar-se – constituindo-se em um exercício de *áskesis* (trabalho de si para consigo) e de *éros* (na

³ Prerrogativa sócio-histórica (permeada por relações de poder) que permite a emergência de determinada prática social (como as narrativas, enunciações) (Foucault, 1996).

criação e uso dos prazeres) (Foucault, 2011). Neste aspecto o comentário de Miranda (2013:32) é particularmente direto e incisivo: “na Erótica grega, Eros relacionava-se com a verdade e a verdade estava do lado dos homens”.

Para além da Antiguidade Clássica, com concepções morais, éticas e políticas que marcam o pensamento ocidental, podemos transitar por outros exemplos. Da possibilidade do fazer-se cidadão ‘entre homens’ (que se mostra, como no fragmento anterior, cheio de conflitos internos quando se observa práticas consideradas moralmente degradantes, como a ganância), voltamo-nos para mudanças nessas formas de produção de si que marcaram o panorama no Ocidente, em momentos históricos como da baixa Idade Média. No período, como demarca Ortega (2002), os prazeres (e saberes) entre homens passam a ser alvo de aversão social, visto que eram interpretados como uma recusa às formas de vida consideradas legítimas – especialmente em termos jurídicos e teológicos. O desejo de uniformidade que se expandia na Europa aparecia em instâncias de poder eclesiástico e secular dos séculos XIII e XIV. Não por acaso, inovações como o pensamento escolástico (com sua interpretação dos comportamentos que seriam naturais ou anti-naturais) e os novos marcos legislativos que regulavam os comportamentos coletivos, consolidavam essa postura. O desejo de ordenação, de uniformização, aparecia sob estratégias predominantemente dogmáticas e em prol da identificação e aniquilação de diferenças:

As Cruzadas, a expulsão dos judeus, o auge da Inquisição e tentativas de eliminar a feitiçaria, a repugnância ante a homossexualidade, são testemunhas da vontade de uniformidade manifestada na intolerância com tudo o que não se adapta ao padrão da normalidade (...) A diferença, o aberto, o inesperado produz medo - medo diante do novo e do desconhecido. (Ortega, 2002:88).

É a partir do século XIV que uma nova atitude persecutória vai compondo-se com interpretações negativas acerca das relações sexuais, que leva a fragilização das possibilidades de cultivo de relações de prazer entre homens. Segundo Ortega (2002), um exemplo são as acusações de sodomia, realizadas no período da Alta Idade Média e Renascimento, que em momentos anteriores seriam demarcadas, de forma difusa e evitativa, como amizade (o que, aliás, parece se imiscuir até hoje em marcas languageiras, nas raízes de alguns idiomas – como francês, alemão e inglês, quando se referem a amigos e namorados com termos afins). Para Ortega (2002) trata-se da inscrição de uma tensão nas relações protagonizadas por homens, nas quais a fronteira entre amizade e seu suspeito, a sodomia, passaria a ser demarcada de maneira mais intensa.

Estes dois exemplos, da Antiguidade Clássica e da Idade Média, ainda que breves, indicam como esses períodos já estabeleciam tensões nos campos da legitimidade/ilegitimidade dos usos dos prazeres entre homens (constituindo-se como prerrogativas para o exercício da cidadania), e dos afetos (na marcação das fronteiras entre amizade e sexo). Esses momentos sócio-históricos servem de exemplo do fato de que medidas de caráter arbitrário e contingencial sobre os sujeitos já se mostravam presentes, ainda que com interpretações específicas. A barreira externa (a vida na pólis, o discurso religioso e o controle legalista) demarcam as relações entre homens, inscrevendo a amizade, por exemplo, enquanto valor anímico, nobre e etéreo, frente ao suposto descontrolo e a animalidade da sodomia (muitas vezes emparelhada com a bestialidade).

4 Desejo e aversão na produção do exótico

Esse afastamento entre os homens, entretanto, não impediu fricções relacionais que já existiam ou que se reinventavam frente às interdições. Se o contato sexual, enquanto componente agregador da relação entre homens vai sendo apagado como possibilidade legítima, no campo da prostituição entre homens esse processo não é linear. Ele permanece, mas perseguido, marginal, condenado e

gerando novas imagens com o passar do tempo – em outros contornos de moralidade. O marco moral, assim como os demais constituintes da mentalidade europeia no período, passa a não se restringir tanto em termos geográficos com a inauguração das ‘grandes navegações’ e da expansão colonial europeia sobre os demais continentes. Por isso, neste percurso, pode ser interessante recuperar outro exemplo, no qual remetemo-nos a navios lotados de homens, confinados com seus desejos de toda a monta e que desembarcam em portos do mundo.

No plano colonizador, se pensarmos na introdução do Brasil nesse cenário, o início do Período Colonial já estava marcado por uma dimensão dogmática dos usos da ‘carne’, assim como registros de negociação sexual. Em “Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade”, por exemplo, João Silvério Trevisan (2000) apresenta uma visão sobre a sexualidade no país. Desde o primeiro registro oficial da conquista portuguesa, sob a forma da carta de Pero Vaz de Caminha, tanto portugueses quanto outros europeus, ao chegar às terras, parecem obcecados com a atividade sexual do gentio – que decididamente não acompanhava a trajetória da moral sexual europeia. São inúmeras as histórias, descrições e fantasias sobre a vida sexual, marcadamente descrita como distinta dos europeus da época. Abundam narrativas sobre a “falta de pudor”, moralizações, vergonha física, casos de poliandria, poligamia, bem como sobre os pênis dos “selvagens”, do apetite sexual considerado “voraz” e “desavergonhado” das mulheres, e registros de “pecado nefando”, “sujidade” e “sodomia” (Trevisan, 2000:65). Entretanto, tal realidade parecia fascinar mais do que ser temida, como se pusesse em xeque os ordenamentos sociais do desejo.

Não parece ter sido algo puramente assustador, já que, como nos lembra Padre Manoel de Nóbrega, em 1549 vários colonos “tomavam índios por suas mulheres, como é o costume da terra” – ou seja, emoldurando nas terras dos exóticos o pecado que haviam criado e retratado no velho mundo. Já não cabia nas fronteiras da Europa, pois a sodomia se fazia neles/deles, dos ‘selvagens’, isto é, não apenas no marco das relações entre homens e mulheres, mas também nas práticas de *peccatum nefandum*. Trevisan (2000:65) traz o registro do explorador português Gabriel Soares de Souza que, em 1587, escandaliza-se com a “falta de vergonha” dos indígenas em contarem suas aventuras homossexuais, especialmente “o que serve de macho”. Registra, além disso, casos de aldeamentos do sertão onde homens indígenas “têm tenda pública a quantos os querem, como mulheres públicas”, ou seja, dedicados à negociação sexual. Seriam os que o explorador francês Jean de Lèry registrou como *tivira*, “homens de traseiro roto” em língua tupi (Trevisan, 2000).

Penas e tintas foram gastas à exaustão pelos colonizadores, de modo que descrições apuradas de ‘devassidão’, sodomia e negociações sexuais envolvendo benefícios materiais não param no período da conquista portuguesa, em uma tentativa explícita de demarcação diferenciada entre nós e eles. Seria preciso não apenas deixar toda a inadequação e a sujidade neles, como também dominá-los e exterminá-los. Assim, não se estranha que o mecanismo social de diferenciação predatória da sexualidade se incremente intensamente no projeto de conquista colonial. Esse estranhamento não era exclusivamente português, porque narrativas dessa natureza seguiram nos domínios franceses, holandeses ou espanhóis e nos escritos de cronistas e exploradores de outras nacionalidades durante a Colônia e Império. Talvez a máxima cunhada pelo holandês Caspar van Baerle, em sua passagem pelo Recife holandês do século XVII marque muito das expectativas sobre a sexualidade que se exercia: *ultra equinoxialem non peccari*, “depois do equador não há pecador”.

Certamente, não sem conflitos. Como vemos nas incursões religiosas por essas terras, exercícios de cooptação e disciplinamento partiam justamente da incansável inscrição dos sujeitos no marco do pecado. O contato dos europeus com indígenas na América Latina é um exemplo de indexação de um ‘outro’ pela via do exotismo e fascínio. Essa relação exemplifica como a negociação dos ‘prazeres da carne’ entre homens pareciam ser possíveis de se enunciar a partir de um ‘fora’, nesse caso, tendo figuras como os *tivira* enquanto sujeitos de prazer e pecado, marcadamente diferenciados. Contraditoriamente à ideia de que esses encontros entre homens se faziam somente no espaço de

relativa suspensão da vida europeia (por exemplo, nas Américas), seu reconhecimento e preocupação denuncia o reflexo e o registro da presença de discursos moralistas acerca da prostituição entre homens no pensamento europeu.

5 O outro se multiplica

A inscrição da vida correta, operada no olhar para o precário, exótico, estrangeiro, continua a se delinear em potente velocidade nos períodos seguintes. Historicamente, a conjuração da sexualidade como lugar de verdades a serem perseguidas e escrutinadas se mesclaram em uma série de estriamentos identitários – efetivas tentativas de operar, pelo crivo também econômico, uma leitura de diferenciação e valoração (Foucault, 1988). Podemos transitar por algumas imagens que remetem a esses lugares de verdade que produzem, em diferentes momentos e intensidades, uma segregação predatória que tem por modo de ação desencadear visões polarizadas sobre os sujeitos. Para a prostituição entre homens isto não é novidade, o que permite – num olhar propositalmente afeito ao nosso percurso – relacionar a discussão sobre os usos do termo prostituição e seus referenciais em outros tempos da história ocidental e nos discursos acadêmicos atuais.

Esse processo é potencializado quando da emergência da sexualidade enquanto dispositivo social nas sociedades pré-industriais europeias, contexto de produção especialmente fértil em problematizações morais e religiosas. As transformações históricas operadas através dos processos de industrialização e o fortalecimento de disciplinas científicas transformaram o sexo e a sexualidade em objetos de estudo, e não mais somente de repressão dogmática (moral-religiosa). Uma diversidade de disciplinas científicas teve por possibilidade sua inscrição no delineamento de uma sexualidade mapeável e circunscrita a verdades essenciais (Foucault, 1988). Áreas como a psiquiatria, dedicando-se a estabelecer o limiar dos ‘excessos’, as linhas que definiriam o estatuto do normal ou anormal; e o sistema judicial, através do qual se possibilita circunscrever os crimes ‘contra a natureza’, são exemplos contundentes (Foucault, 1988). Esses investimentos se fizeram numa verborragia que, ao passo que procurava controlar, prevenir, diagnosticar, relatar, intensificaram a perspectiva de um perigo incessante e operaram uma incitação a falar sobre as sexualidades consideradas inadequadas e abjetas (Foucault, 1988). Para além, através de outras tecnologias sociais, como a imprensa, esses discursos se capilarizaram, e os ‘circos de aberrações’ se proliferaram, incitando medo, escárnio e excitação.

Nessa conjuntura, a inscrição da sexualidade em sua versão patológica possibilitou (num jogo de saber-poder) produzir verdades íntimas sobre o corpo e desejo – instaurando noções de normalidade pela via do contraste para além da moral, mas ainda no campo da norma. Embasada na ciência e em suas evidências, esse processo, reconhecido como *scientia sexualis* (Foucault, 1988), possibilitou a constituição de uma classificação das normalidades e dos desvios. Neste, a moral cristã e a legislação operaram simbióticas à ciência, estabelecendo escrutínios sob seus novos objetos de controle: não só mapeavam, mas efetivamente produziam sexualidades periféricas. O adultério, o incesto, a sodomia, o ‘homossexualismo’, a ‘bestialidade’ e o ‘hermafroditismo’ configuravam esse movimento classificatório que fazia crescer “uma inumerável família dos perversos” (Foucault, 1988:44). Nesse sentido, o que parecia mostrar-se uma liberação do sistema repressivo da sexualidade se constituía como uma forma de sujeição pela via de novos territórios subjetivos, por exemplo, da patologia e criminalização. A heterossexualidade, a monogamia e o amor romântico eram basilares para um jogo de poder no qual a produção de uma sexualidade economicamente “ativa” e conservadora servia à urgência dos propósitos estatais.

Para inscrever nessa discussão política a especificidade da prostituição entre homens, podemos nos beneficiar de uma figura analítica que, a partir dos usos da linguagem, circula nessa conjuntura. Marcada pela presença dos homens, e aos poucos, pela simbiose homossexualidade/prostituição, desponta cada vez mais potente a noção 'michê'. Acompanhar as transformações semânticas da palavra michê possibilita indicar práticas sociais importantes e, neste caso, é possível observar certa passagem do uso da expressão no que concerne aos homens. Primeiramente, como sinônimo de homem que paga para obter sexo e que, portanto, fornece o dinheiro na negociação – cliente da prostituição de mulheres – para o próprio homem que se dedica à prostituição e que investe seu corpo no plano da negociação econômica:

A palavra michê vem da gíria francesa, onde até hoje designa “o homem que dá dinheiro à mulher para conquistar-lhe os favores”. O sisudo e clássico dicionário de Littré, já no século XIX, registrava a seguinte definição: “Miché. Popularmente: tolo, iludido; chulo: homem que vive na companhia de mulheres da vida, amante de mulher da vida”. Acrescenta Littré que a provável etimologia viria de “Michel” (Miguel, em francês), nome próprio usado como metáfora de homem do povo, bastante comum, tolo e fácil de enganar. Aqui, o Novo dicionário da gíria brasileira, de Manuel Viotti (1957), registra significado semelhante: “Michê: gastador, coronel” - sendo coronel definido como “fazendeiro ou pessoa de idade, endinheirada, que esbanja com mulheres; homem endinheirado, facilmente explorável”. Vê-se, portanto, que o sentido original da palavra é mantido na expressão “fazer michê”, mas sofre considerável inversão ao chamar de michê o prostituto, pois, originalmente, michê é o cliente. A inversão semântica não ocorre exclusivamente em relação à prostituição viril. Aurélio Buarque de Holanda (1975) registra o mesmo equívoco: “Michê. (Do francês miché.) Chulo. 1. A ação de se prostituir. 2. O preço pago à prostituta (...) 3. Por extensão. Meretriz.” A definição do Aurélio permite apreender o mecanismo da transformação da palavra cliente em sinônima de prostituta/o. O nexos associativo, o elemento transformador do código, é o dinheiro. De homem tolo, que dá dinheiro às mulheres (seria tão fácil ter mulher de graça, se fosse usar o código dos sentimentos amorosos...), passa-se ao preço da prestação sexual e, logo, ao agente fornecedor dessa prestação (Augras, 1985:107).

O dinheiro, como nexos associativo entre ambas as categorias, no entanto, não se dá apenas como elemento de troca – parece que efetivamente abre um canal de vasos comunicantes que produz uma multiplicidade de outros trânsitos nas intersecções com gênero e sexualidade, ou seja, compondo diferentes matizes e intensidades. Existe uma condição flexível do dinheiro enquanto elemento do campo erótico. Essa flexibilidade, entretanto, é relativa: pode remeter a um lugar de estereotipia e segregação; pode inscrever uma série de percursos amorosos - instituídos, mas moralmente desaprovados como na prostituição; ou mesmo em relações dentro da racionalidade familista heterossexual, para o qual se criou um discurso de pretensa separação entre economia e casamento que não condiz com o cotidiano (Zelizer, 2000). Afinal, quando o dinheiro, dentro do marco normativo de gênero e sexualidade, é empregado para “impressionar”, em uma conquista amorosa ou sexual, usado para bem luzir, bem comer, bem beber, bem dançar, bem habitar, pode potencializar o capital erótico, opera como algo latente: está sempre aí, delinea fazeres e prazeres, não confrontando a moral estrita da sociedade.

No que concerne à narrativa de Orlando, o dinheiro na mesa, ou na gaveta, materializa a ambivalência entre erotismo e controle de ambas as partes. A tensão que provoca a relação economicamente pré-acordada aparentemente tem o poder de selar, na prostituição narrada pelo entrevistado, o destino um tanto artificioso da relação. O dinheiro participa da cena capitalista das relações interpessoais contemporâneas, mas quando posto de na relação de prostituição entre homens tensiona de forma acintosa o plano normativo de gênero e sexualidade. Dinheiro, pois, enquanto objeto que compõem uma série de possibilidades: estereotipias moralizantes, mas,

também, desestabilizações nas relações prescritas em termos de gênero e sexualidade. Para compreender estas marcas morais e possibilidades de desestabilização normativa, é interessante observar outros aspectos da separação histórica das categorias michê e cliente.

6 Do “tolo” ao homossexual

Termos como o “homem do povo”, “tolo”, “fácil de ser enganado”, “endinheirado”, “de idade”, é suscetível à exploração pela via da sexualidade, afeito às paixões mundanas. A presença dos homens no mercado do sexo, segundo a descrição que faz Augras (1985:107) remete a essa produção de um sujeito que se deixa levar por prazeres da carne, que utiliza dinheiro como estratégia (passagem, inscrição) em um trânsito sexual. A despeito das qualificações elencadas, é importante mencionar que a presença dos homens na prostituição (em específico aquela protagonizada pelas mulheres) não se restringe a essa leitura, compondo um espaço vinculado aos processos pedagógicos de masculinidade.

A existência de prostíbulos voltados para o trabalho de mulheres no mercado do sexo, e a história de sua vinculação com a vida pública dos homens denota que, a despeito de uma leitura moral possível de se enunciar no dicionário de Littré, a vida cotidiana já marcava a relação intrínseca da prostituição com o cultivo de masculinidades (coadunando o exercício da vida política, da negociação entre cavalheiros, da iniciação dos garotos na via sexual, de uma essência do ‘ser homem’, entre outros aspectos contidos no binômio gênero/sexualidade). Neste contexto o discurso médico opera em concomitância ao plano estatal de entrada em um modelo de trabalho assalariado e família burguesa. Transfere, para figuras como a da prostituta, os perigos que poderiam figurar-se tanto ao modelo higienista de cidade, de modo que “a mulher sem trabalho é vista (...) como uma prostituta em potencial”, ou mesmo se abater sobre os clientes, vistas então como “fonte e agente da propagação da sífilis” (Engel, 1989:75).

Para além de elemento chave na produção e cultivo de masculinidades, no qual a posição das mulheres prostitutas é de regulação moral e médico-social, os registros de meninos e homens exercendo serviços sexuais em prostíbulos, ainda que menos comuns, fizeram-se presentes. Como Scott (2003) indica, no século XVIII, registram-se negociações sexuais entre homens que aconteciam em centros metropolitanos europeus, ainda que não fossem necessariamente nomeados, dentro de um marco populacional, enquanto prostituição. A singularidade da prática da negociação do sexo entre homens parece, assim como no que concerne às mulheres, ser engolida pelos discursos médico-legais nesse contexto. Esse elemento indica uma intensificação importante de exercícios de regulação pela simbiose homossexualidade-prostituição com a necessidade de manutenção de uma heterossexualidade regulatória e masculinidade normativa que, enquanto intensamente reforçadas quando na cena da prostituição feminina, são fragilizadas na prostituição entre homens. O cliente tolo, enganado, ingênuo, mas que é cliente de uma mulher, é considerado menos abjeto do que o cliente de um homem, pois a posição feminilizada do sujeito cliente denotaria uma essência sexual comprometida.

O reconhecimento da prática de negociação econômico-sexual entre homens, enquanto problemática social, vai aparecendo como questão a partir dessa racionalidade de governo biopolítico, constituindo-se como fenômeno concomitante a inscrição da homossexualidade no imaginário científico (Scott, 2003). Em várias pesquisas vemos reiterada essa interpretação, de modo que elaborar uma genealogia sobre a prostituição entre homens seria, concomitantemente, realizar um exercício sobre as homossexualidades (Weeks, 1981), assim como a leitura de que a homossexualidade aparecia enquanto objeto social em um contexto de incorporação do

homoerotismo no discurso médico – incorporação que, no panorama brasileiro, explicitava um movimento de substituição do trabalho escravocrata para o trabalho assalariado (Green, 2000).

Não por acaso, na direção de construção do trabalhador considerado ideal, a medicina se dedicou a mapear e escrutinar todas as práticas que fragilizassem a disciplina no trabalho, a exemplo da prostituição (Green, 2000). Esse exercício de poder por parte da medicina fez com que, no período de passagem do século XIX ao XX, classificações como homossexuais “congenitos ou hereditários”, “situacionais” e “perversos”, pudessem dizer de uma escala, legitimada pela medicina, na qual se articulavam enunciados sexológicos moralistas. Esse campo discursivo, como aponta Weeks (1981), materializava-se sob a forma de títulos em manuais médicos, noções de sujeitos homossexuais compreendidos como “invertidos” (visão congênita) e “perversos” (atribuição para uma homossexualidade ocasional).

A compreensão de uma homossexualidade “verdadeira” pode ser ligada a essa subdivisão categorial. Se, por um lado, operava-se uma subdivisão moralista dessas formas de prática homossexual, a identificação permitia um campo de atuação de controle social. Segundo Kaye (2003), no começo do século XX, os sexólogos compreendiam que se deveria operar com homossexuais inscritos em marcos médicos e morais de maneira diferenciada: para os homossexuais considerados “verdadeiros”, o peso legal deveria ser mais ameno, enquanto para os homossexuais perversos formas mais punitivas deveriam ser postas em prática.

Como exemplo dessa ordem de funcionamento temos, no Brasil do século XIX, especialistas em Criminologia que se ancoraram no discurso psiquiátrico e operavam a catalogação dos indivíduos que cometiam crimes contra os ‘bons costumes’. Vemos uma série de exercícios dessa ordem, por exemplo, na classificação de pervertidos sexuais em: 1) os *espinaes*, cuja prática perversa era o onanismo, “tal é esta idiotia estragada, esgotada, indiferente a tudo que o cerca, que se entrega a uma masturbação desenfreada após a idade de 3 anos”; 2) os *espinaes cerebrais posteriores*, nos quais prevalecia “o ato instintivo puramente brutal. A ninfomania e a satiriasis entram neste grupo”; 3) os *espinaes cerebrais anteriores*, dentre os quais estavam as perversões propriamente ditas, os invertidos. Esses últimos eram considerados os mais perigosos, pois teriam, segundo o criminólogo Casper, “uma alma de mulher em corpo de homem” (Mazziero, 1998:249).

Em sua análise, Mazziero (1998:250) traz um fragmento de um despacho do político e chefe da polícia do Rio de Janeiro, Francisco Viveiros de Castro, que avaliava, no ano de 1895, uma série de preocupações médico-morais nesse espaço citadino:

“Entre nós a pederastia tem tido grande desenvolvimento. O onanismo anal com as mulheres, o coito antinatural, está se tornando um costume entre os moços. (...) Mas a inversão propriamente sexual, o amor do homem pelo homem, tem também progredido. No tempo do Império acusou-se mais de um político notável deste vício, uns ativos, outros passivos.”

A cuidadosa eleição de palavras que faz Viveiros de Castro chama a atenção, quando apregoa o pânico moral ao crescimento desordenado da perversão sexual no Rio de Janeiro de finais do século XIX. Não chega a nomear a prostituição masculina, mas inscreve a “pederastia” também nas mulheres, os prazeres “antinaturais” do sexo anal no mesmo campo da “violação de menores”, no do vício e no campo da política – decadente – do Império. Faz essa preleção integrando os termos emergentes da *scientia sexualis* (coito anal, inversão, ativo/passivo) com alusões bíblicas (mais uma vez e ainda, como eventualmente se repete hoje), como o onanismo. Nomeia “passividade”, e “atividade” no “vício”, traz esse emergente mecanismo de controle populacional que é a epidemiologia clássica (das violações de menores). Mas, quando fala dos “invertidos”, fala em “amor”. “Amor entre homens”. Seria um subterfúgio caridoso aos “invertidos naturais”, movidos pelo afeto e não pela razão, como se desejava separar nas ideias psicológicas da época?

Outros juristas e médicos classificaram os invertidos em “natos” e “acidentais”. Supostamente, os “natos”, desde a infância, comportavam-se como mulher, na adolescência se apaixonavam por um companheiro e começavam um onanismo recíproco, chegando posteriormente à pederastia. Os médicos legistas consideram esses indivíduos como “verdadeiros alienados” ou degenerados hereditários. Essa inversão seria ou congênita ou devida à depravação moral, à perversidade. Completavam esse quadro de “loucos sexuais” os ossádicos, masoquistas, erotômanos, paralíticos, vesânicos, epiléticos, idiotas e débeis, exibicionistas e fetichistas. Esses “invertidos” foram vistos como extremamente perigosos, principalmente os homens inscritos nos regimes deliberadamente econômicos de atividade sexual, “ralé” dessa “escória”. A homossexualidade (e uma de suas expressões possíveis, a prostituição masculina), era entendida como pior do que a feminina por coadunar esse exercício antinatural da sexualidade (Mazziero, 1998:254). Deveria, portanto, ser reprimida de forma ainda mais eficaz, por ser moralmente e sanitariamente, grave.

Os registros brasileiros a que se tem notícia, desde o final do século XVIII, reiteravam essa simbiose entre prostituição e homossexualidade, indicando seus supostos perigos. Nessa época, o médico sanitarista Pires de Almeida, analisando a situação no Rio de Janeiro, compreendia também que a prostituição era um desvio subjacente à homossexualidade, que se fazia incorporada a outros problemas, como o processo migratório e o acúmulo da população masculina – mais uma vez inscrevendo o controle predatório pela diferença. Segundo Almeida, havia um paradoxo relacionado à prostituição de mulheres: “conquanto essencialmente amoral, o fenômeno concorreria para uma finalidade moral, evitando os males temidos da prostituição masculina, da violência sexual e do relaxamento dos hábitos sexuais e das interdições morais” (Antunes, 1999:174). As interpretações de médico desembocam numa compreensão situacional da homossexualidade gerada, segundo ele, pela falta de mulheres, pela condição hipersexualizada dos homens negros ou dos migrantes portugueses camponeses.

As categorias crescentes, como os homossexuais congênitos ou hereditários, apareciam nos escritos médicos de modo a reforçar a compreensão de que existiam dois grandes grupos: os que eram “inerentemente homossexuais” e aqueles considerados “perversos”. Os inerentemente homossexuais poderiam ser classificados como “homossexuais congênitos” ou “homossexuais verdadeiros”, os perversos também eram chamados de “pseudohomossexuais”. Segundo Kaye (2003), no início do século XX defendia-se, sustentado pela trama do discurso médico-moral, que os “homossexuais verdadeiros” deveriam ser tratados com leniência legal, enquanto os “pseudohomossexuais” (perversos) deveriam ser submetidos a reformas de cunho moral. A pederastia, compreendida como derivada da loucura sob a reiteração desse grande campo intitulado “homossexualismo”, inscrevera-se como vício, “hermafroditismo moral instintivo”, “loucura erótica”, mostrando-se um “sintoma de um estado patológico” (Mazziero, 1998:254).

Como vemos, dos poucos registros sobre o que se poderia denominar prostituição entre homens, antes da contemporaneidade, parecem ganhar intensidade especialmente no período de transição do século XIX ao XX. Essa modificação é atribuída a um maior escrutínio no mapeamento, categorização e controle sob o que se passou a denominar populações. Como elabora Michel Foucault, “é a vida, muito mais que o direito, que se transformou no objeto de embate das lutas políticas, mesmo que essas se formulem através da afirmação de direitos” (1988:191). Nesse processo, a “administração dos corpos e de gestão calculista da vida” (Foucault, 1988:187) passa a ocupar as relações do mercado sexual, calcada sob sujeições sociais específicas em gênero e sexualidade, processos que mostram como as formas coercitivas de poder já tinham por potência a capacidade de produzir paisagens disciplinadoras nos modos de vida considerados ‘perversos’, em prol da manutenção de práticas monogâmicas, heterossexuais e conservadoras. De toda forma, esse panorama sofre algumas modificações: novos colamentos identitários (como com os sujeitos considerados vadios, vagabundos), assim como a emergência da juventude enquanto instâncias

estratégicas de governo das populações, passam a fazer parte do panorama. Estes aspectos serão tratados na próxima seção.

7 Do homossexual ao “agente fornecedor”

Como estamos vendo, a intersecção sexual/econômica entre homens, do ponto de vista de governo populacional, pode ser vista no Brasil no uso de microdenominações emergentes. No fim do século XIX, como retrata Mazziero (1998), o Chefe de Polícia de São Paulo registrou na cidade a existência de “3 casos de pederastia”. Na primeira metade do século XX, prontuários policiais começam a intensificar cores e detalhes em seus retratos, passavam a ter registrada uma série de transgressões, nas quais figuravam “pederastas passivos”, “travestis” e “prostitutos”. Sujeitos dessas transgressões frequentavam a Praça da República, o Parque do Anhangabaú, o Jardim da Luz e a Rua Conselheiro Nébias. Os “homossexuais perversos”, mais aproximados da ideia de delinquência, eram enviados pela polícia para o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações de São Paulo, onde um corpo médico realizava pesquisas sobre as causas biológicas e sociais do “homossexualismo”, com ênfase sobre os biotipos e na análise dos ambientes sociais dos indivíduos (Mazziero, 1998).

Os processos correccionais do fim do século XIX e início do século XX, dispostos de acordo com arbítrio das forças policiais na avaliação das práticas ilícitas, parecem apresentar outras nuances: verifica-se a entrada dos homens num plano discursivo que associa homossexualidade e vadiagem. A constituição dos ébrios, alcoolistas e vagabundos como problemas sociais de ordem jurídico/psiquiátrico/policial dizem desse controle populacional ao qual a prostituição passa a ser relacionada. No período da “República Velha” (1889-1930) vão se constituindo visibilidades a esses sujeitos, expressando uma correlação entre embriaguez e vadiagem (Kerr, Ferreira e Bicalho, 2018) aspecto que se materializava no *trottoir* que os homens dedicados à prostituição realizavam pelas ruas das cidades. O prostituto e o homossexual ganham novos companheiros na galeria dos indesejáveis a serem caçados: para além dos perversos, dos doentes, dos imorais, dos fracos, somam-se os bandidos e vagabundos.

As providências de governo, tomadas para dar conta dos problemas levantados nesse quadro cidadão, podiam abarcar até mesmo o sequestro de homens pela polícia e seu encaminhamento para internação prisional ou manicomial compulsória. Isso mostra um exercício de diferenciação da prática contraventiva e da classificação de sujeitos degenerados, ou melhor, da associação operada entre a população e do escrutínio em relação à particularidade das práticas, o que favorecia uma relação de regulação populacional. A construção de uma taxonomia de indesejáveis degenerados, em que um indivíduo poderia transitar entre diferentes gravidades de degradação social, mostra um olhar molecularizado sob as práticas consideradas moralmente degradantes. Essa proximidade taxonômica, e qualificação moral, expressa-se em narrativas de homens que ocupavam cargos políticos no período, a exemplo de um chefe de polícia paulista em 1904, que afirma: “o bêbado habitual é, *ipso facto*, um vadio que deixa de exercitar profissão, officio ou qualquer mister em que ganhe a vida”.

Homens associados à prática da prostituição eram compreendidos como associados à criminalidade sob a forma do estelionato, abuso de confiança, roubo, assassinato. Tratava-se, na compreensão da época e registrado por Mazziero (1998), de uma sociedade (a de prostitutos), “organizada, com sua língua, seu pessoal, sua hierarquia, seu recrutamento, seu ensino, suas tradições, suas modas, seus hábitos, sua criminalidade, sua solidariedade, sua psicologia”. Numa leitura de submundo, o exercício da prostituição protagonizada por homens passou a ser mapeado de forma mais

específica, num período justamente em que o medo das massas figurava em uma série de produções sociais (científicas, estatais, entre outras).

Os homens que se dedicavam às negociações sexuais podiam, nessa conjuntura, serem compreendidos pelas forças policiais/sanitárias em 3 tipos: a) Insubmissos; mais próximos das degenerescências do crime, alcoolismo e vagabundagem b) Entretidos, que perseguem os transeuntes se oferecendo – os novos eram *petits-jesus* e os velhos, tias; c) Os envergonhados, filhos de operários, “caixeiros, humildes empregados, aprendizes, que a ociosidade, os hábitos estragados da infância, a influência da habitação nas grandes cidades, a promiscuidade dos centros operários, o abandono dos pais, predispõem para todos os vícios”. Segundo Viveiros de Castro, essa massa, entendida como “canalha”, forneceria “um grande contingente ao exército da criminalidade. Todo *jesus* é mais ou menos um ladrão, apodera-se do que cai sob suas mãos (...) O assassinato está longe de ser raro. (...) O seu principal crime, porém, é a chantagem” (Mazziero, 1998).

O foco sob a chantagem, que podemos compreender como o ganho financeiro a partir da posse de informação, parece ser uma interessante maneira de dizer dos jogos de segredo que permeavam os contextos normativos no Brasil metropolitano. Ainda assim, os comportamentos considerados socialmente indesejáveis, associados, não compunham somente crimes ativos (como estelionato, roubo, assassinato ou mesmo a chantagem), mas também vadiagem, alcoolismo e atendado violento ao pudor (Trevisan, 2000) – figurando como formas de caracterização populacional sujeitas ao escrutínio do profissional da polícia que estivesse à paisana. Essas caracterizações serviam, concomitantemente, como estratégias jurídicas para a detenção dos suspeitos do “homossexualismo perverso” que, sob uma perspectiva de limpeza social e de perseguição às massas insubmissas, atordoava o poder governamental.

Se, no contexto brasileiro, já víamos explicações para a prostituição calcadas sob a justificativa de marcadores sociais como de classe, raça e gênero (incorporando figuras como as do imigrante europeu pobre, do negro hipersexualizado, ou da necessidade de sexo, supostamente inerente aos homens cisgênero), vê-se, nesse momento histórico, se aproximar do quadro de regulação governamental mais uma inscrição: nas formas de controle da juventude. O prostituto passa a poder ser descrito como o jovem pobre, mais vítima do que algoz da perversidade doentia dos homossexuais “verdadeiros” (Scott, 2003). Esse aspecto desponta juntamente com a atualização do quadro de degenerescência social sob o perigo dos homossexuais velhos, que ofereciam risco aos jovens – considerados vítimas fracas, sem capacidade de juízo de si e sujeitos a situações de pobreza. Ou seja, os “verdadeiros” homossexuais já não são sempre as vítimas da ganância de jovens vagabundos que exploram seu vício imoral – passam a ser, crescentemente, perigosos aliciadores de jovens pobres.

O sujeito que aderira à prostituição na posição de agente fornecedor do trabalho poderia não ser, necessariamente, classificado como homossexual. Passa a ser vítima de uma situacional fragilidade motivada por razões econômicas que o aproxima mais ao vagabundo do que ao perverso e, assim, não macular sua masculinidade. Só a presença constante junto aos “invertidos” que acabaria por inscrevê-lo nesse campo de degenerados (Perlongher, 2008). Estão no mesmo cárcere, mas em alas distintas. Homossexuais e heterossexuais estariam sujeitos a essa prática considerada de degeneração social, mas passíveis (ou não) do crivo moralmente qualificado da lei e da ordem médica. Uma série de movimentos regulatórios pareciam se articular e, nesse campo, nota-se como o alargamento do panorama científico acerca da sexualidade, a partir de estudos como os de Alfred Kinsley, foram possíveis novas formas de classificação e escrutínio acerca da sexualidade considerada normal e seus desvios. Nesta conjuntura histórica, o prostituto seria perigoso pela sua fragilidade contextual; o cliente, particularmente por sua constituição.

Na esteira dessa discussão, portanto, no século XX a prostituição masculina passa a figurar como problema epidemiológico/populacional fático. Homens heterossexuais continuavam a ter intercursos sexuais por dinheiro sem ameaçar o marco de normalidade heterossexual, pois se trataria de uma faceta conjuntural relacionada, principalmente, à situação de pobreza. Os homossexuais verdadeiros, de outra forma, eram responsabilizados por seu engolfamento ao desejo homossexual (patológico), reiterando a homossexualidade como uma problemática digna de controle social pela via da moralidade e da patologia, consolidando a prostituição como apenas uma consequência, uma faceta menor da perversão homossexual no contexto capitalista. O prostituto, senão vítima desse desejo doentio, pode ser bandido, malandro, aproveitador, mas raramente tem sua masculinidade tocada; ao contrário, é hipervirilizado e associado à ardilosidade e à malandragem.

Finalmente, já na segunda metade do século XX, no contexto paulistano da década de 1980, particularmente nas sociabilidades de regiões como a conhecida como “Boca do Lixo” em São Paulo, etnografadas por Néstor Perlongher (2008), o termo *michê* poderia designar duas dimensões principais, quais sejam: o “fazer *michê*”, sendo possível de aplicação da noção na determinação da clientela quando da prostituição de mulheres e travestis; e a segunda denominação seria referente ao jovem viril que se prostituiria sem “abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente” (Perlongher, 2008:8). Essas duas versões, verbo e sujeito, não se dariam sem particularidades, o que o autor demonstra em existências hifenizadas, como “*michê-macho*” (“bofe”, o que se afinca nos estereótipos da masculinidade viril, jovem), “*michê-bicha*” (afeminado, também predominantemente jovem, meio andrógino ou até aproximando-se ao “travestismo”), ou o emergente *michê-gay* da década de 1980 (identificado com a estética homossexual, valores, comportamentos e atitudes).

A percepção de Néstor Perlongher se articula com alguns aspectos descritos por outros autores. Peter Fry (1982), por exemplo, discutindo a constituição da homossexualidade no Brasil (e sua singularidade no que concerne a experiências em outros lugares do mundo), conclui que ela estaria marcada por dois grandes sistemas: um deles constituído numa lógica hierárquica e polarizada (o bofe, macho, penetrador e a bicha, fêmea, penetrada); e por um momento histórico, a partir da década de 1970, de um modelo mais igualitário (gay e gay). De toda forma, ainda hoje se verifica a presença de sistemas de valoração e violência baseadas em compreensões conservadoras e estereotipadas de gênero e sexualidade, a exemplo de pesquisas no campo da homossexualidade e prostituição entre homens na atualidade (Hamann et.al, 2020; Oliveira-Soares e Pizzinato, 2022) denotando, ao menos, certa articulação entre estes dois sistemas.

Estas experiências não se faziam fora da discursividade do Estado como lugar de enunciação, alicerçando-se em leituras de saberes como da Psicanálise ortodoxa:

(...) *michês* e rapazes de programa se enquadram no que os psicanalistas chamam de ‘homossexuais egodistônicos’ - isto é, seu ego não está em sintonia com seu desejo erótico. Praticam o homoerotismo mas não se aceitam, desprezam os homossexuais, alguns são agressivos e chegam até a matar seus parceiros sexuais. Numa lista de mais de 1300 gays assassinados nos últimos 15 anos no Brasil, 25% dos assassinos foram identificados ‘*michês*’ (Brasil, 1996:27).

A composição de discursos psicopatológicos com criminais não é nova, de modo que, mesmo no lugar de enunciação do Direito, as formas de atuar com os crimes em contexto de troca financeira entre homens (enquadradas dentro do campo da prostituição) operavam pela via da patologização de uma das partes (a pagante) e da moralização da outra (a que oferecia o trabalho) (Carrara, 2013). Neste processo, entra nesse discurso um outro vetor: a juventude. A associação do “garoto de programa” com o jovem afeito à vagabundagem/malandragem/delinquência (num limite tênue

daquele que não produz dentro da lógica do trabalhador livre produtivo; entre obter vantagem e cometer crimes; entre ser *bon vivant* e perigoso; risco a ser combatido na forma do Estado pela via da tutela da juventude), o lugar do “cliente” enquanto pederasta enrustido (suscetível a certas paixões patológicas que lhe colocam a ocupar um lugar de vício; do homem de corpo abjeto que se faz a margem das lógicas homonormativas; ou do homossexual que se inscreve socialmente como uma fraude no contexto do casamento e família heteronormativa), mostram novas interpretações que surgem sobre a prostituição entre homens, e que vão compondo, de forma estereotipada, uma ideia de “submundo” criminoso (Silva e Blanchette, 2005).

O olhar atendo às formas de experienciar a prostituição entre homens, ainda hoje denota a reedição de normas e estereotípias sociais. Ruas, praças, bares, saunas e *darkrooms*, que compõem muitos dos espaços concretos para o trabalho sexual articulam possibilidades de fissura de normas sociais, mas se encontram com muitos dos discursos clássicos aqui mapeados – tal como vimos em Orlando, justamente um sujeito versado neste trânsito citadino. Para além das inúmeras possibilidades que poderiam compor o campo da prostituição, paradoxos e ambiguidades relacionados a seus fazeres, a interpretação usual acerca das relações na prostituição se centra ainda sob a categorização estática cliente/prostituto, o que, ainda que tomado como naturalizado, no cotidiano do trabalho sexual não é uma obviedade (Hamann, Pizzinato e Rocha, 2017). Essa leitura, de posições rígidas no mercado sexual, marca um estratégico jogo de silenciamento e de visibilidade acerca dessas práticas – produzindo um ‘outro’ estático – substancializa a fragilidade dos discursos de cisão entre economia e vida sexual, assim como dos que separam moralmente os que negociam a sexualidade no marco da prostituição e os que não o fazem (ao menos, não explicitamente).

8 Conclusões

A história da prostituição entre homens mobilizou, como vimos, uma grande quantidade de discursos e pânico morais – que marcam a trajetória de quem se dedica a trajetória no trabalho sexual ainda hoje. Como indicado ao longo do texto, o que aparece como um conjunto de discursos moralizantes na atualidade está associado a constituição da sexualidade enquanto objeto de escrutínio, entretanto, mostra a particularidade da trajetória dos homens. Das prerrogativas para o exercício da cidadania na antiguidade (alicerçadas em discussões sobre ética e moral que colocavam luz sobre o perigo da ganância dos rapazes); das limitações nas relações entre homens no medievo (por meio do crescente discurso do que seria natural ou anti-natural nas relações de gênero, assim como na emergência de uma leitura que estabelece fronteiras à amizade entre homens); na presença do moralismo colonial (em que o outro exótico é posto em pauta) ou na marcação biopolítica da modernidade (com sua profusão de categorias biomédicas e jurídicas), vemos se desenvolverem estratégias de regulação e controle – ou seja, demarcam os discursos enquanto efetivas práticas de produção social.

Como indicado no início deste escrito, “a história de uma coisa, em geral, é a sucessão das forças que dela se apoderam, e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar” (Deleuze, 1976:3). Esse movimento mostra como, enquanto campo de estudo, é necessário o investimento em pesquisas que se dediquem a explicitar os meandros da economia nas micropolíticas cotidianas – especialmente quando o eixo de análise é o exercício da sexualidade. Nesse sentido, voltar-se para uma análise da implicação social dos discursos sobre prostituição remete ao fato de que existe uma dimensão política (mesmo que involuntária, do ponto de vista da narrativa cotidiana) na sua existência e circulação. Problemas contemporâneos para a área, nos quais se elenca, por exemplo, se a prostituição possibilita uma afirmação ética de si; se possibilita formas de gestão sobre o

próprio trabalho/corpo; se é possível exercícios de liberdade em seus territórios, se constituem articulados com discursos que se atualizam e marcam os modos de vida na prostituição masculina.

- Kerr Pontes, A.; L F., Arthur; Gastalho de Bicalho, P P. (2018). Uma história da internação de ébrios, alcoolistas e vadios durante a Primeira República: lições para as políticas atuais? *Revista de Psicología* (Santiago), 27(2), 127-144. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2019.52314>.
- Mazzeiro, J. (1998). Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos - São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História*, 18(35), 247-285. <https://www.scielo.br/j/rbh/i/1998.v18n35/>.
- Miranda, C. E. S. (2013). O erótico no verbo: O espírito da carne e a carne do espírito. *Synergies Monde*, 10(1), 29-41. [10.58967/caletroscopio.v1.n1.2012.3563](https://doi.org/10.58967/caletroscopio.v1.n1.2012.3563)
- Oliveira-Soares, G A.; Pizzinato, A. (2022). Precarização e Plataformização do Trabalho: Efeitos Entre Homens Trabalhadores do Sexo pela Internet. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1539-1559. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71760>.
- Ortega, F. (2002). *Genealogia da amizade*. Iluminuras Ltda: São Paulo.
- Perlongher, N. (2008). *O negócio do michê*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo.
- Pozzana, L.; Kastrup, V. (2014). "Cartografar é acompanhar processos". In: Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina: Porto Alegre.
- Rodrigues, N. S. (2015). Problemática da prostituição masculina na Atenas Clássica. Idades e gênero na literatura e na arte da Grécia antiga. Coimbra/São Paulo, *Imprensa da Universidade de Coimbra*. [10.14195/978-989-26-1017-7](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1017-7).
- Rubin, G. (1993). Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: Ablove, H.; Barale, M. A.; Halperin, D. M. (Ed.). *The lesbian and gay studies reader*. Routledge: New York.
- Rubin, G. (2017). *O tráfico de mulheres: Notas sobre a "economia política" do sexo*. Ubu Editora: Recife.
- Safatle, V. (2015). Por outros corpos políticos, individuais e coletivos. *Revista EPOS*, 6(2), 220-224.
- Scott, J. (2003). A prostitute's progress: Male prostitution in scientific discourse. *Social Semiotics*, 13(2), 179-199. [10.1080/1035033032000152606](https://doi.org/10.1080/1035033032000152606)
- Silva, A P.; Blanchette, T. (2005). "Nossa Senhora da help": Sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, 25(1), 249-280. [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2005\(25\)/SilvaBlanchette.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2005(25)/SilvaBlanchette.pdf).
- Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo.
- Van der Poel, S. (1992). "Professional male prostitution: A neglected phenomenon". *Crime, Law and Social Change*, 18(3), 259-275. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00138895>.
- Walby, K. (2012). *Touching encounters: Sex, work and male-for-male internet escorting*. The University of Chicago Press: Chicago.
- Weeks, J. (1981). Inverts, perverts, and Mary-Annes: Male prostitution and the regulation of homosexuality in England in the ineteenth and early twentieth centuries. In: S. Licata; R. Petersen (orgs). *The gay past. A Collection of Historical Essays*. Haworth Press: New York
- Zelizer, V. (2000). The purchase of intimacy. *Law & Social Inquiry*, 25(1), 817-48.